

XIII Conferencia Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado

Assunção, Paraguai
30 de Junho e 1º de Julho de 2011

CONSENSO DE ASSUNÇÃO

- **Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero - América**
- **Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero - americana**
- **Relatório de Atividades da Escola Ibero - americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)**
- **Resoluções e Acordos**

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 30 de Junho e 1º de julho de 2011 em Assunção, Paraguai, sob a iniciativa do Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), no marco da XXI Cúpula Ibero americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo, com o apoio da Secretaria Pro-Témpore (SPT) e da Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB), e a organização do Governo do Paraguai, a cargo da Secretaria da Função Pública, se reuniram na **XIII Conferencia Ibero-Americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado**, a fim de debater e fazer contribuições substanciais aos governos involucrados, sobre os seguintes temas:

- a **Transformação do Estado para o Desenvolvimento na Ibero - América**, em relação ao tema que convoca a XXI Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo "**Transformação do Estado e Desenvolvimento**";
- o **Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero americana**;
- o relatório de atividades da **Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)**.

Com o propósito de incrementar as capacidades institucionais necessárias para assegurar a governança e a governabilidade democrática; a realização dos objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade; o respeito ao meio ambiente e à biodiversidade; a segurança pública; e a vigência plena do Estado de direito, promovendo a transformação das estruturas estatais e promovendo – com base nos avanços disponíveis nas TICs - a identificação eletrônica social; assim como a continuidade dos preceitos contidos nas Cartas Ibero americanas da Função Pública, de Qualidade, de Governo Eletrônico, de Participação Cidadã, e o Código Ibero americano de Bom Governo; e as atividades de formação da EIAPP.

Foi obtido consenso nas considerações enunciadas à continuação, concordando-se que as mesmas serão apresentadas na XXI Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se nos dias 28 e 29 de Outubro de 2011 em Assunção, República do Paraguai.

Handwritten initials and a large number '7' in the top right corner.

Handwritten signature and initials in blue ink on the right side.

Handwritten initials in blue ink on the right side.

Handwritten initials in blue ink on the right side.

Handwritten initials in blue ink on the right side.

Handwritten initials 'M GA' in blue ink at the bottom right.

Handwritten signature in blue ink at the bottom right.

Handwritten initials 'V' on the left side.

Handwritten signature in blue ink on the left side.

Handwritten signature in blue ink on the left side.

Handwritten signature in blue ink at the bottom center.

TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO NA IBERO-AMÉRICA

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e Chefas de Delegação dos países ibero-americanos participantes, **consideramos:**

Que o Estado é um instrumento fundamental e insubstituível para promover e garantir o desenvolvimento sustentável dos povos ibero-americanos. Desenvolvimento este que compreende o aumento da qualidade de vida e a felicidade da cidadania em todos os âmbitos: privado, público, individual e coletivo; abarcando diferentes dimensões, tais como o político, o social, o cultural, o econômico, e meio ambiente entre outros. Desenvolvimento para o bem estar de toda a sociedade, com inclusão, equidade e justiça social, respeitando as identidades e a diversidade a nível nacional e regional.

Que só com um Estado democrático e social de direito e de justiça, construído através da livre participação do Povo como protagonista, se poderá alcançar o desenvolvimento sustentável das sociedades ibero-americanas.

Que é urgente a ação efetiva do Estado para a solução de alguns problemas sociais recorrentes como a exclusão, a pobreza, a desigualdade econômico-social; a falta de acesso universal aos serviços básicos e de qualidade; as dificuldades para a participação cidadã, a solução dos conflitos nacionais; a insegurança pública.

Que cada vez mais o Estado deve apoiar suas intervenções em conhecimentos especializados, no desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, em contextos de degradação ambiental, e em face de instancias supra nacionais, tudo isto num cenário de crescente globalização que requer uma maior interdependência entre os países.

Que continuam existindo práticas que devem ser erradicadas, tais como o clientelismo, o patrimonialismo, o formalismo, o burocratismo, e a ineficiência na gestão pública.

Que na atualidade o Estado se encontra diante de novos desafios, tais como a ampliação da diversidade e complexidade dos assuntos públicos que esta diversidade demanda; os escassos recursos disponíveis para dar resposta a estas demandas, e que tem relação com a reduzida base impositiva e a capacidade arrecadadora do Estado, especialmente na América Latina.

Que para o cumprimento efetivo da missão do Estado nas atuais circunstancias é indispensável garantir-lhe condições idôneas de poder e capacidade para incidir efetivamente sobre a realidade.

Que entre as condições institucionais necessárias se encontra uma profunda transformação da Administração Pública, consolidando instituições orientadas pela legitimidade, legalidade, previsibilidade, eficácia, objetividade, imparcialidade e integridade, assim como pelos princípios que podem contribuir à sua democratização e à sua capacidade de aportar soluções integrais – e por tanto intersetoriais – aos problemas sociais, e por isto **declaramos:**

- Reafirmar a implantação do **Código Ibero americano de Bom Governo**, com a incorporação de códigos éticos governamentais, sistemas nacionais éticos e códigos deontológicos nas administrações públicas, assim como favorecer a correta implementação das normas e práticas de conflitos de interesse incorporando as boas práticas na luta contra a corrupção administrativa, em conformidade com as convenções internacionais firmadas pelos Estados Ibero americanos.
- Aprofundar a aplicação da **Carta Ibero americana da Função Pública** e sua adaptação a contextos nacionais diferentes, para selecionar e profissionalizar funcionários e dirigentes públicos com adequada capacidade técnica e política, identificados profundamente com a missão do Estado, com uma forte vocação de serviço, com valores de ética pública interiorizados e comprometidos com o bem estar geral, a inclusão, a equidade e a justiça social.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including a large '7' and a signature.

Handwritten initials 'fm' in blue ink.

Handwritten initials 'Jr' and a signature in blue ink.

Handwritten initials 'fm' in blue ink.

Handwritten initials 'LA' and a signature in blue ink.

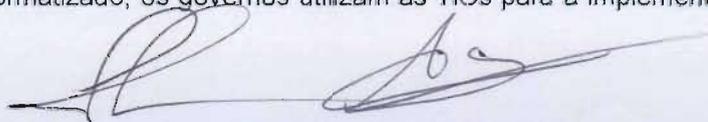
- Promover e desenvolver os conteúdos da **Carta Ibero americana de Qualidade na Gestão Pública**, para promover uma cultura de gestão da qualidade na Administração pública, dotando modelos de gestão para resultados de desenvolvimento. Incentivando os processos de avaliação do desempenho e dos resultados (bens e serviços públicos) e estabelecendo mecanismos de incentivos em busca da excelência nos processos governamentais.
- Fortalecer o **Alto Governo** para a elaboração, condução e avaliação de políticas públicas, melhorando as capacidades de planificação de estratégias, de coordenação entre setores e entre níveis por parte dos dirigentes administrativos. Desde uma perspectiva de gestão para resultados de desenvolvimento, criando e consolidando os sistemas de informação necessários para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas, que articulem os processos de planificação e preparação de orçamentos, para a análise dos resultados (bens e serviços) e o impacto na sociedade das políticas públicas. Constitui um desafio ainda pendente em muitos países da Ibero America o monitoramento e a avaliação das administrações públicas ibero americanas.
- Continuar com a adoção da **Carta Ibero - americana de Governo Eletrônico**, que promove o reconhecimento do direito da Administração ao acesso eletrônico. O governo eletrônico é o uso das TICs na Administração pública para melhorar a informação e os serviços oferecidos à população, a eficácia e eficiência da gestão pública e para incrementar, substancialmente, a transparência do sector público e a participação dos cidadãos. Para isto, é necessário incentivar a inclusão digital de todos os habitantes da região, favorecer políticas de identificação eletrônico-social e converter a Sociedade da informação e o Conhecimento numa oportunidade para todos e todas, especialmente daqueles que correm o perigo de serem deixados para atrás.
- Agilizar a aplicação da **Carta Ibero americana de Participação Cidadã**, democratizando a Administração pública, através do estabelecimento de meios individuais e coletivos de participação dos cidadãos nas diferentes instancias e etapas de formação das políticas públicas, bem como com a responsabilização da ação do Estado, promovendo mecanismos eficientes de transparência, prestação de contas e controles institucionais e sociais sobre a gestão pública e a atuação das autoridades e dirigentes públicos. Igualmente pode ser útil para o Estado o estabelecimento de redes nas quais se encontrem as organizações cidadãs, públicas e privadas, constituindo uma relação de dependência mútua, para alcançar o bem comum sob o principio da co-responsabilidade social.

Com tais orientações, os Ministros e as Ministras, bem como os Chefes e as Chefas de Delegação se comprometeram a favorecer e implantar as estratégias de mudança necessárias para tornar possível a transformação dos Estados ibero-americanos para o desenvolvimento, como condição indispensável para promover o desenvolvimento sustentável, integral, inclusivo e harmônico das sociedades ibero-americanas.

MARCO PARA A IDENTIFICAÇÃO ELECTRONICA SOCIAL IBERO-AMERICANA

O projeto "Marco para a Identificação Eletrônica Social Ibero americana" se propõe a complementar a Carta Ibero americana de Governo Eletrônico, como um instrumento necessário para o efetivo exercício dos direitos das pessoas na nossa região. Ele responde às recomendações efetuadas na Declaração de Lisboa 2010.

Sem identificação não existem direitos. O exercício dos direitos requer, necessariamente, a identificação plena das pessoas, função que corresponde ao Estado. O Estado é o responsável pela identificação das pessoas e de garantir a identidade de cada um. Num mundo cada vez mais informatizado, os governos utilizam as TICs para a implementação das políticas públicas



substanciais. Como conseguir a plena identificação das pessoas, como reconhecer, entre os países, ditas identificações, como facilitar o acesso remoto aos serviços que brinda a administração, são questões que têm que ver com uma adequada identificação eletrônica das pessoas.

Esta identificação eletrônica é necessária para o acesso a sistemas informáticos, às aplicações de governo eletrônico, de comércio eletrônico, mas também para a execução de políticas sociais. Além deste uso, os modernos documentos de identidade, basicamente os passaportes e os documentos nacionais, estão utilizando elementos de identificação eletrônica, o que leva a considerar que até nos supostos de identificação presencial, as tecnologias de informação e as de comunicações adquirem um papel relevante.

Conseqüentemente, torna-se necessário contar com um marco conceitual na região que se refira à identificação eletrônica social, que possa ser tomado como guia por nossos países para a identificação das pessoas e a autenticação eletrônica, elemento básico para o pleno exercício dos direitos e a efetiva implementação de políticas públicas de inclusão social.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA IBERO-AMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS (EIAPP)

Em sua qualidade de membros do Conselho Diretivo da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), máxima autoridade desta Instituição, se aprova o Relatório de Atividades de acordo com o previsto no Programa Acadêmico 2010-2011, executado não só em cumprimento com as resoluções e recomendações adotadas pelo seu Conselho Acadêmico Assessor, na reunião celebrada em Santo Domingo, República Dominicana, em maio de 2010, senão também através de ações de cooperação internacional destinadas à formação de dirigentes públicos, de acordo com as orientações da "Carta Ibero americana da Função Pública", do "Código Ibero americano de Bom Governo", da "Carta Ibero americana de Governo Eletrônico", da "Carta Ibero americana de Qualidade na Gestão Pública" e da "Carta Ibero americana de Participação Cidadã".

RESOLUÇÕES E ACORDOS

Os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2011 em Assunção, República do Paraguai, durante a XIII Conferencia Ibero americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, **concordamos em:**

1. Aprovar as **considerações e declarações** antes formuladas em torno do tema que convoca a XXI Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo sobre **"Transformação do Estado e Desenvolvimento"**, e **sugerir à dita Cúpula** que apóie a promoção dos compromissos assumidos, que se enunciam a seguir:
 - 1.1 Consolidar os **órgãos** governamentais nacionais encarregados da regulação e definição máximas das políticas de reforma e fortalecimento institucional da Administração Pública, da profissionalização da função pública ou do serviço civil, e da melhoria da gestão pública, dotando-os das competências, capacidades e recursos necessários para o cumprimento efetivo de sua missão.
 - 1.2 Impulsar os processos de participação de funcionários e funcionarias na gestão pública e, conseqüentemente, reconhecer a importância de espaços de intercambio entre agentes governamentais e o corpo de funcionários públicos.
 - 1.3 Impulsar os acordos políticos e sociais para a consolidação e continuidade dos processos de profissionalização do corpo de funcionários públicos.
 - 1.4 Impulsar a igualdade de gênero e a elaboração de planos de igualdade e não discriminação da função pública.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '7' and a signature that appears to be 'LA']

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten initials 'JA' and a signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature and initials in blue ink]

[Large handwritten signature in blue ink]

- 1.5 Reconhecer que os recursos destinados aos processos de reforma do Estado e da Administração pública constituem um investimento útil e indispensável para a criação de valor público e para alcançar, efetivamente, o desenvolvimento sustentável para as sociedades ibero americanas.
2. Encomendar ao CLAD que promova as seguintes ações:
 - 2.1 Constituir um programa de formação de cidadãos e cidadãs para a participação na Administração Pública, que incorpore as diversas experiências nacionais na formulação e gestão de políticas públicas, prestação de contas e controle social na gestão pública, com o propósito de incrementar a legitimidade, qualidade e eficácia da ação governamental.
 - 2.2 Criar um programa regional de análise das transformações das administrações públicas ibero americanas e seu apego aos princípios, bases e orientações previstos no Código e nas Cartas Ibero americanas que prevêem a melhoria da gestão pública a serviço do cidadão.
 - 2.3 Impulsar, através da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), processos de intercambio de experiências, fortalecimento institucional e de inovação, entre as instituições responsáveis pela formação de funcionários e dirigentes públicos.
 - 2.4 Constituir uma Rede Ibero americana de Ética Pública para fomentar o intercambio de informação, análise comparado e intercambio de boas práticas na promoção de valores éticos e na prevenção e ataque à corrupção na gestão pública.
3. Encomendar ao CLAD a introdução ao documento "Transformação do Estado para o desenvolvimento na Ibero America" das modificações sugeridas, a socialização da nova versão do documento com os Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, para sua aprovação via eletrônica por parte das representações dos países ante o CLAD.
4. Aprovar o "**Marco para a identificação Eletrônica Social Ibero americana**", como *addendum* da Carta Ibero americana de Governo Eletrônico.
5. Aprovar o Relatório de **Atividades da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas**".
6. Levar uma mensagem à XXI Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, assinalando a importância de que dita Cúpula ampare e apóie as Resoluções concordadas pela XIII Conferencia Ibero americana de Ministros e Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, uma vez que existe o compromisso de promover políticas e estratégias de mudança que facilitem o aprofundamento da transformação dos Estados Ibero americanos para o desenvolvimento; promover a identificação eletrônica social ibero-americana e apoiar as atividades da Escola Ibero americana de Administração e Políticas Públicas.
7. Solicitar à Secretaria Pro-Tempore da XXI Cúpula Ibero americana que leve à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções anteriores.

Concordamos também:

1. Expressar reconhecimento e felicitações ao Governo da República do Paraguai, através da Secretaria da Função Pública, pela excelente co-organização da Conferencia, por sua generosa contribuição que fez possível a realização da mesma, assim como por sua proverbial hospitalidade, e suas contribuições ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizaram esta reunião.
2. Aceitar com beneplácito o oferecimento do Governo da Espanha, sede da XXII Cúpula Ibero americana de Chefes de Estado e de Governo, para constituir-se em sede da XIV Conferencia Ibero americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, como é a tradição.

3. Agradecer e felicitar a Secretaria Geral do CAD pela preparação e convocatória da XIII Conferencia de Ministros e Ministras, e encomendar-lhe a realização das ações de Coordenação necessárias com o Governo da Espanha, para a organização e execução da XIV Conferencia Ministerial correspondente ao ano 2012.
4. Encarregar ao CLAD as ações necessárias para cumprir as decisões anteriores e solicitar que continue seu trabalho de promotor e facilitador regional dos processos de Reforma do Estado e de melhoria da gestão pública na Ibero América.
5. Agradecer a colaboração da Secretaria Geral Ibero americana (SEGIB) na organização desta XIII Conferencia.

Consenso de Assunção, 1º de Julho de 2011

Carlos Caramello
Diretor Nacional do Instituto Nacional
da Administração Pública
Chefatura do Gabinete de Ministros
Em representação do Presidente do Conselho
Diretivo do CLAD
Argentina

Juan Maria Alzina
Embaixador especial para as Cúpulas Ibero-
americanas e Assuntos Multilaterais de Ibero
América
Em representação do Vice-presidente Primeiro
do Conselho Diretivo do CLAD
Espanha

Valter Correia da Silva
Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do
Planejamento, Orçamento e Gestão
Em representação da Segunda Vice-presidente
do Conselho Diretivo do CLAD
Brasil

Laura Alfaro Maykall
Ministra de Planificação Nacional
e Política Económica
Terceira Vice-presidente do Conselho Diretivo
do CLAD
Costa Rica

Consenso de Assunção, 1º de Julho de 2011



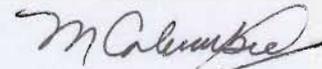
Franz Quisbert Parra
Diretor Geral de Normas de Gestão Pública
Ministério de Economia e Finanças
Bolívia



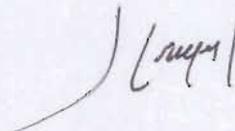
Claudio Alvarado Andrade
Sub-secretario Geral da Presidência
Ministério Secretaria Geral da Presidência
Chile



Honório Henriquez Pinedo
Diretor Nacional
Escola Superior de Administração Pública
Colômbia



Clara Columbié Santana
Assessora do Ministro de Educação Superior
Cuba

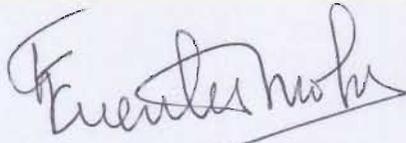


Leonardo Reyes Bernal
Sub-secretario de Gestão Estratégica e
Inovação da Secretaria Nacional de
Administração Pública
Equador

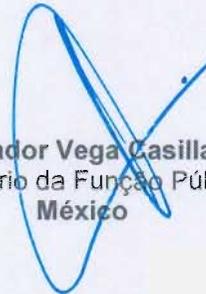


José Antonio Morales Carbonell
Sub-secretario de Governabilidade e
Modernização do Estado
Secretaria para Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
El Salvador

Consenso de Assunção, 1º de Julho de 2011



Fernando Fuentes Mohr
Presidente da Junta Diretiva
Instituto Nacional de Administração Pública
Guatemala



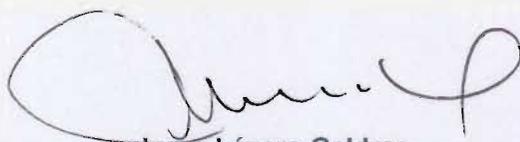
Salvador Vega Casillas
Secretario da Função Pública
México



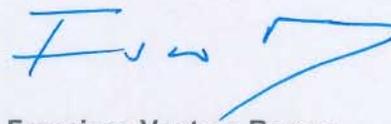
Aida María Arias
Secretaria Geral do Ministério de
Economia e Finanças
Panamá



Lilian Susana Soto Badaui
Ministra, Secretaria Execução da Função
Pública
Paraguai



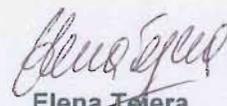
Jorge Lázaro Geldres
Embaixador do Peru no Paraguai
Peru



Francisco Ventura Ramos
Presidente do Conselho Diretivo
Instituto Nacional de Administração
Portugal



Ramón Ventura Camejo
Ministro de Administração Pública
República Dominicana



Elena Tejera
Diretora do Gabinete Nacional
do Serviço Civil
Presidência da República
Uruguai



Julio César Fernández Toro
Secretario Geral
CLAD